

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
**LEXICOGRAFIA E PEJORAÇÃO
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
NOTAS DIALÓGICAS
A PARTIR DE REFERÊNCIAS SAUSSURIANAS**

Anderson Salvaterra Magalhães (UNIFESP)
eousalvaterra@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, o objetivo é identificar, na tarefa lexicográfica brasileira do século XVIII ao século XXI, a mudança semântica implicada na pejoração. Teoricamente, é tomada como referência a discussão saussuriana acerca de “motivação” e “signo linguístico” com a qual é cotejada a ponderação sobre “signo ideológico” desenvolvida por Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Voloshinov (1999) para definição da pejoração como fenômeno e para análise da tarefa lexicográfica brasileira como documentação não apenas de formas linguísticas, mas também de horizontes de valor. Metodologicamente, seleciona-se o vocábulo “boato” para ilustrar como essa tarefa flagra a mudança semântica “por extensão de sentido” e, assim, registra nuances na orientação apreciativa estabilizada na memória da língua. Para a breve análise, cotejam-se dicionários de língua portuguesa desde o início da lexicografia brasileira até os dias de hoje. Os resultados indicam que a pejoratividade não constitui atributo da forma linguística, mas opera como interface língua/cultura estabelecida na mudança semântica. Por essa razão, a tarefa lexicográfica deixa de figurar apenas como registro documental de conceitos inerentes às formas para constituir um ato ético participante da memória do legado cultural da língua.

Palavras-chave: Pejoração. Lexicografia. Língua portuguesa. Signo. Motivação

1. Introdução

O título do trabalho sintetiza o problema aqui colocado: como a tarefa lexicográfica lida com a pejoração. Por tal tarefa registra(m)-se forma linguística, um juízo de valor ou ambos? As respostas para tal indagação fundamentam-se em duas premissas. A primeira diz respeito à concepção de língua como sistema de signos, e a segunda concerne ao fato de que esse sistema implica e está implicado numa comunidade de fala.

A primeira premissa foca a natureza semiológica do fenômeno linguístico e questões aí inerentes, como a da motivação e da arbitrariedade do signo, e a segunda põe em evidência a dimensão necessariamente plural, coletiva, social que torna possível esse mesmo fenômeno.

Neste trabalho, o percurso argumentativo está organizado em duas partes. Na primeira, o pensamento saussuriano é assumido como referência para cotejo com o encaminhamento volochinoviano e bakhtiniano das questões levantadas. Na segunda, analisa-se a palavra *boato* em textos dos séculos XIX e XX disponibilizados pelos *corpora* do projeto Para uma História do Português Brasileiro (PHPB), da UFRJ, e o verbete nos seguintes dicionários: *Diccionario da Lingua Portuguesa*, composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, tomos I e II, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789; *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832; *Grande Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, 2012. A análise dos usos e dos registros lexicográficos em diferentes séculos no Brasil visa à identificação do que entra em jogo na mudança semântica implicada na pejoração.

2. *Lexicografia e pejoração: das referências saussurianas de signo e motivação à discussão volochinoviana de signo ideológico e à bakhtiniana de ato ético*

Lexicografia e pejoração constituem dois atos de linguagem que envolvem juízo, valor não apenas linguístico, mas também sociocultural. Por um lado, a pejoração constitui um modo de rebaixar o valor daquilo que é linguisticamente significado, de depreciar. Isto quer dizer que não se trata de um atributo da forma, algo que seja recuperado apenas pelas relações estritamente linguísticas, já que a depreciação não resulta somente de relações intrassistêmicas, mas também de relações sociais, de um grupo organizado, que compartilhe certos referenciais ideológicos. Evidentemente, *compartilhar* não é concordar harmoniosamente, mas reconhecer o referencial a partir do qual é possível posicionar-se.

Por outro lado, a lexicografia consiste de uma tarefa de registrar, anotar formalmente elementos da língua. Essa tarefa, sendo também socialmente orientada, não prescinde do posicionamento histórico-cultural. A construção de verbetes não se ausenta de algum lugar de significação, e este lugar não está livre de constrangimentos ideológicos. Isso significa dizer que as decisões – sejam pessoais ou editoriais – tomadas para a organização de um dicionário ou vocabulário não figuram como ilhas sociais, mas como gestos historicamente situados. Assim, o registro lexicográfico deixa ver em sua tessitura o horizonte que enquadra o ponto de vista a partir do qual aquela tarefa metalinguística faz sentido.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O registro lexicográfico da pejoração, portanto, esbarra no desafio de introduzir, na tarefa metalinguística, atributo não apenas da forma, mas também da ideologia que organiza a coletividade num grupo social e, por isso, torna possível classificar, pela linguagem, algo como bom ou ruim, certo ou errado, adequado ou inadequado etc. Entra em jogo um juízo culturalmente emoldurado que tem impacto na organização formal do léxico.

O entendimento desse desafio traz em discussão alguns referenciais conceituais do pensamento saussuriano, especialmente os de *sistema de signos linguísticos* e *arbitrariedade/motivação*. Recuperam-se tais referenciais porque esse pensamento é chave para a organização da agenda dos estudos linguísticos de modo a impactar, até os dias de hoje, boa parte da produção nesse campo do conhecimento. No mais, refere-se aqui ao pensamento saussuriano, e não apenas ao produto *Curso de Linguística Geral*, porque, a despeito da relevância dessa obra para o desdobramento da linguística ao longo do século XX, alguns encaminhamentos de hoje, como a própria discussão em torno da motivação no processo simbólico da semiotização, revisitam a fonte do pensamento, e não estritamente o *Curso*.

3. *Em primeiro lugar, o ponto: referenciais saussurianos*

No *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand de Saussure (1995) desenvolve, por uma rede conceitual tricotômica, a diferença entre conceitos e fenômenos inter-relacionados: *linguagem, língua e fala*. Seguindo a discussão ali empreendida, a linguagem, conjunto “heteróclito”, consiste de um fenômeno complexo com facetas físicas, psíquicas, individuais, sociais, pontuais, históricas, entre outras. A fala, por sua vez, se define como ato psicofísico individual. A língua, que interessa especialmente para a presente discussão, é definida da seguinte forma:

Pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. *Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.* (SAUSSURE, 1995, p. 21 – grifo nosso)

Nessa trama conceitual, a língua constitui uma entidade de natureza psíquica plural. Constitui “um sistema gramatical virtual”, cuja realização se dá pela materialidade concreta do ato individual da fala. Ontologicamente, fica patente que a concepção saussuriana de língua se atrela ao social. Sendo um “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade”, é mister que haja uma pluralidade a partir da qual ela emerge. Epistemologicamente, fica latente que esse plural é entendido como justaposição de indivíduos (“conjunto de indivíduos”), a despeito de sua organização social.

Essa orientação epistemológica parece se consolidar nas noções imbricadas de *valor* e *sistema*, recuperadas nos *Escritos de Linguística Geral*:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *ideia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*.

Ora, no momento em que se fala de *valores* em geral, em vez de se falar, ao acaso, do *valor* de uma forma (que depende absolutamente dos valores gerais), percebe-se que é a mesma coisa colocar-se no mundo dos signos ou no das significações, que não há o menor limite definível entre o que as formas *valem* em virtude de sua diferença recíproca e material, e aquilo que elas *valem* em virtude do sentido que nós atribuímos a essas diferenças. [...]

O *sentido* de cada forma, em particular, é a mesma coisa que a *diferença das formas entre si*. Sentido = valor diferente.

Contudo, a diferença das formas entre si não pode ser estabelecida.

Nunca é demais repetir que os *valores* dos quais se compõem primordialmente um sistema de língua (um sistema morfológico), um sistema de sinais, não consistem nem nas formas nem nos sentidos, nem nos signos nem nas significações. Elas consistem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações, estabelecida sobre a diferença geral dos signos *mais* a diferença geral das significações *mais* a atribuição anterior de certas significações a certos signos ou reciprocamente. (SAUSSURE, 2012, p. 30-31)

A defesa de que os valores linguísticos se definem não nas formas, mas nas relações intrassistêmicas fomenta a inclusão editorial no *Curso de Linguística Geral* da célebre frase de fechamento da obra: “(...) a *Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*”. (SAUSSURE, 1995, p. 271). Se, por um lado, a pluralidade de indivíduos é condição da língua, por outro, seu tratamen-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

to como objeto parece caminhar para a imanência. Evidentemente, não se trata da imanência de valores em si, porque o pensamento saussuriano é claro em explicitar que a identidade linguística não resulta de uma essência, mas se revela na relação entre signos. Trata-se de uma percepção quanto à independência dos valores em relação à organização social desses mesmos indivíduos que são condição para a língua. Essa é uma das principais razões para a discussão em torno da arbitrariedade/motivação gerar tantas querelas.

A base da teoria do signo de Ferdinand de Saussure se fundamenta na relação entre uma imagem acústica significante e um conceito significado. Destaca-se que a relação se dá entre elementos psíquicos, já que não é o som em si que entre no jogo, e sim sua representação mental – a imagem acústica – que está necessariamente atrelada a um conceito, uma ideia. No *Curso de Linguística Geral*, essa relação significante/significado é caracterizada como arbitrária:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*. (SAUSSURE, 1995, p. 81)

Nos *Escritos de Linguística Geral*, alguns detalhes acerca da arbitrariedade são destacados e esmiúçam a discussão:

A única diferença é que a relação pela qual, em linguística, o som provoca a ideia, ou reciprocamente, é uma relação arbitrária na origem, ao passo que a ligação do movimento fisiológico com o som, de que se ocupa a fonologia, é sempre regida por uma lei física. (SAUSSURE, 2012, p. 213)

Nesse trecho, há uma distinção relevante. O movimento articulatório que origina um som e o próprio som – ambos de natureza física – não podem ser caracterizados como *arbitrários*, porque uma “lei física” os governa. Diferentemente, a relação entre o som – ou, como postulado no *Curso de Linguística Geral*, uma imagem acústica – e a ideia que com ele suscita, não atende a nenhuma lei, senão à convenção social. Daí a arbitrariedade do signo.

Estabelecido este referencial acerca do caráter da (i)motivação/arbitrariedade do signo, ainda no *Curso de Linguística Geral* há diferenciação entre a imotivação absoluta e a relativa.

O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbi-

trária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: *o signo pode ser relativamente motivado*.

Assim, *vinte* é imotivado, mas *dezenove* não o é no mesmo grau, porque evoca os termos dos quais se compõe e outros que lhe estão associados, por exemplo, *dez*, *nove*, *vinte e nove*, *dezoito*, *setenta* etc.; tomados separadamente, *dez* e *nove* estão nas mesmas condições que *vinte*, mas *dezenove* apresenta um caso de motivação relativa. O mesmo acontece com *pereira*, que lembra a palavra simples *pera* e cujo sufixo *-eira* faz pensar em *cerejeira*, *macieira* etc. [...] (SAUSSURE, 1995, p. 152)

Assim se coloca a questão da motivação à proposta semiótica saussuriana: atributo do signo por ligar uma imagem acústica significativa de um conceito significado por mera convenção, sem adesão a uma lei específica. Nesse caso, como entender a pejoração? Trata-se de um ato com manifestação linguística, mas cujo processamento excede ao âmbito restrito das relações intrassistêmicas. Estaria a pejoração fora da língua? Se está fora da língua, por que é registrada lexicograficamente como um atributo das formas ali elencadas?

Émile Benveniste (2005) pontua que o lastro metodológico proposto no *Curso de Linguística Geral* para o estudo da língua deixa de fora a relação desta com a cultura. Por essa razão, a arbitrariedade (ou motivação) está implicada na linguagem, mas escapa ao âmbito estritamente da língua. Segundo Émile Benveniste (2005), no âmbito da língua, a relação significante/significado é necessária, é condição para o signo, mas a arbitrariedade, que põe em jogo aquele que convencionou, escapa os limites de um sistema de signos verbais.

Ademais, os postulados saussurianos funcionam como referencial para os estudos linguísticos que o seguem, dentre os quais, aqueles que compõem o pensamento bakhtiniano²⁶. Dessas notas, neste trabalho importa destacar a ideia de que a comunidade de fala que convencionou as relações decisivas para o funcionamento dos signos verbais é definida não como pluralidade de indivíduos do qual emerge a virtualidade da língua, mas como grupo socialmente organizado que produz e atualiza a realidade da língua.

²⁶ Por *pensamento bakhtiniano* entende-se o conjunto da obra do "Círculo", que se divulgou em diferentes áreas do conhecimento. Para detalhamento acerca da recepção brasileira da obra do Círculo, ver, por exemplo, Beth Brait e Anderson Salvaterra Magalhães (2014).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

4. *Em segundo lugar, o contraponto: notas dialógicas*

Em contraponto aos postulados do pensamento saussuriano, o pensamento bakhtiniano encaminha diversos aspectos que reorganizam teórica e metodologicamente os referenciais de signo linguístico e (i)motivação. Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Voloshinov (1999) pondera acerca da semiotização considerando a interdependência entre tal processo e a organização do grupo social. Assim como no pensamento saussuriano, também aí a língua é localizada no domínio do não-individual. Todavia, a pluralidade que lhe é condição não é restrita a um conjunto de indivíduos, mas à articulação de indivíduos em grupo social.

De acordo com o pensador russo, o estabelecimento de uma convenção social requer mais do que a justaposição de dois seres humanos; é necessário que esses humanos estejam socialmente organizados.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p. 35)

Isso localiza a discussão semiótica no âmbito das relações sociais, e a questão da arbitrariedade se coloca de outra forma. Dessa perspectiva, a coletividade – condição da semiotização – instaura-se na organização de grupo, e não apenas na pluralidade de indivíduos, o que imbrica o universo dos signos e o das ideologias.

Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia.

No entanto, todo corpo físico pode ser percebido como símbolo: é o caso, por exemplo, da simbolização do princípio de inércia e de necessidade na natureza (determinismo) por um determinado objeto único. E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade. [...]

Portanto, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, *o universo de signos*.

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma

outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p. 31-32)

E ainda:

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p. 36)

Desse ponto de vista, a arbitrariedade dá lugar à ideologia na discussão semiótica. O encaminhamento dado pelo pensador russo ao reconhecimento de um grupo social – e não apenas da pluralidade de indivíduos – como condição do signo rearranja a discussão saussuriana integrando língua e linguagem. Isso porque a implicação da ideologia no universo dos signos necessariamente envolve as relações sociais na definição do sistema de signos. O potencial de simbolização não se define apenas pelas relações entre os elementos, mas por aquilo que o grupo social faz desses/com esses elementos. Conceitualmente, o postulado saussuriano de *signo linguístico* é reorientado como *signo ideológico*.

Seguindo essa orientação teórica, demonstramos, em 2012 e 2015, como o léxico constitui *locus* privilegiado para o exame do funcionamento ideológico do signo a partir da análise do vocábulo *botocudo* em diferentes instâncias de linguagem. Consideram-se: carta do Rei de Portugal, editorial do *Correio Braziliense* (ambos do século XIX), registros lexicográficos brasileiros dos séculos XVIII, XIX e XXI e um registro lusitano do século XXI. O cotejo de diferentes usos em diferentes séculos permite identificar como o vocábulo, na dinâmica da língua em uso, ainda que na tarefa lexicográfica, atualiza um ponto de vista. Esse ponto de vista dimensiona o vocábulo como um signo enformado a partir de um horizonte social e faz com que signifique não apenas por se opor a outros signos, mas por atualizar valor ideológico. Em nossos trabalhos publicados em 2012 e 2015, os usos de *botocudo* analisados revelam regularidade na pejoratividade, na depreciação, a despeito dos diferentes conteúdos significados, evidenciando a relação entre signo e ideologia.

A revisitação da relação entre signo e a comunidade que o levanta produz uma série de consequências conceituais e metodológicas. Neste

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

trabalho, para o tratamento metodológico da natureza ideológica do signo, a noção de ato ético (BAKHTIN, 2010a) dá vistas à realidade concreta da língua sem cair no ato individual da fala.

Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010a), qualquer instância de uso da linguagem se realiza num ato em que aquele que (se) enuncia ocupa um lugar único social e historicamente. Esse lugar não deve, entretanto, isolar o ato das relações sociais que o tornam singular. Essas relações sociais se definem pelas instituições que tornam os indivíduos sujeitos e ordenam a interação entre os sujeitos propriamente ditos e, como discutido por Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010b), mesmo entre os discursos. Como discutido alhures (MAGALHÃES, 2015), isso articula a singularidade da instância de uso da linguagem com o legado cultural da língua e, nesse jogo, a palavra constitui forma em função *comunicativa discursiva* (BAKHTIN, 2003). A função comunicativa discursiva não se restringe ao âmbito meramente dialógico (situacional) da interação, posto que isto daria conta apenas dos meandros imediatos do contato entre indivíduos, mas abrange o caráter dialógico (discursivo) por colocar sujeitos e discursos em ação conjunta no movimento semântico da palavra.

No pensamento bakhtiniano, qualquer instância de uso da linguagem é enformada pelo encontro desse emaranhado de valor ideológico, de modo que não é possível subtrair da realidade concreta da língua o posicionamento diante do que se produz com ela. Esta é a perspectiva que norteia a discussão aqui desenvolvida. Mesmo um verbete configura um ato ético, isto é, um ato responsável que se insere num funcionamento cultural e atende a certas orientações ideológicas. A metalinguagem do dicionário, portanto, não figura como instrumento de mero registro de formas, mas como um nicho de visões de mundo que necessariamente fazem de uma palavra um signo ideológico.

A rede conceitual em torno da noção de *ato ético* e sua produtividade para um dispositivo analítico de língua e linguagem, sobretudo no tratamento do léxico, estão detalhadas em Anderson Salvaterra Magalhães (2015). Por ora, interessa destacar que a natureza ideológica do signo requer a observação de um fenômeno com realidade concreta, como o ato ético, e não um fenômeno psíquico sem realidade empírica, como a língua no pensamento saussuriano.

Especificamente, o exame do registro da pejoração na tarefa lexicográfica tal como proposto na presente discussão implica o reconhecimento do caráter ideológico da língua, entendida como sistema de valo-

res. Sendo a pejoração uma construção sócio-histórica, e não um atributo discreto da forma, seu processamento semântico se distribui por categorias radiais no uso efetivo, que é necessariamente enformado ideologicamente. Isso quer dizer que um item linguístico não é pejorativo em si e nem a pejoratividade se dá por condições suficientes e necessárias, mas pode ser explicada por um esquema gradual, onde a realização concreta é mais ou menos prototípica. E a gradação diz respeito aos valores culturais, o horizonte social que permite depreciar algo por meio da palavra.

Assim, a tarefa é definida como um ato ético (BAKHTIN, 2010a; MAGALHÃES, 2015) de caráter necessariamente metalinguístico (BAKHTIN, 2010b). Ontologicamente, há confluência entre a concepção de língua no pensamento saussuriano e no pensamento bakhtiniano, já que em ambos é tomada como social. Epistemologicamente, porém, há ruptura entre a concepção de signo linguístico, que se depreende de relações intrassistêmicas, e a de signo ideológico, que se depreende do uso da língua em determinado grupo social.

Dessas notas dialógicas acerca de referenciais saussurianos decorrem duas implicações: 1) a pejoração não é atributo da forma, mas do que os falantes fazem da forma linguística a partir do lugar sócio-histórico que ocupam pela atividade de linguagem; 2) a tarefa lexicográfica constitui registro não apenas de forma verbal, mas também de horizonte social que tanto organiza o grupo do qual emerge a língua quanto fomenta a possibilidade de semiotizar.

5. *Uma palavra de ato em ato: o que diz o boato*

Refazer o percurso de um vocábulo envolve recuperá-lo em atos éticos, seja em atos prosaicos do cotidiano, seja em atos institucionais como os dos instrumentos linguísticos selecionados. Nas próximas seções deste trabalho, refletir-se-á sobre a origem do vocábulo, a dinâmica dos usos e o que os exercícios metalinguísticos lexicográficos fazem acerca das versões da origem e dos usos.

6. *Sobre as origens do boato*

A gênese de *boato* apresenta algumas versões²⁷. Popularmente, atribui-se a uma origem onomatopeica a partir do mugido do boi (CO-

²⁷ Especial agradecimento ao Prof. Dr. Luciano César Garcia Pinto pela gentil contribuição no cotejo das versões constitutivas da etimologia do vocábulo.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

ROMINAS, 1984). Essa versão seria creditada a Varrão²⁸. A despeito dessa etimologia popular, parece haver consenso acerca da origem em grego βoῶν, “gritar muito, berrar”. Daí, por extensão de sentido, passa a designar também “notícia que se dá em alta voz” (HOUAISS, 2012). Sendo muitas vezes associado, no uso, ao anúncio nas praças públicas de milagres de santos, em língua portuguesa, *boato* passa a significar, além de “anúncio em alta voz”, um anúncio cujo conteúdo dispensava o crédito da fonte. Isso porque o milagre suplantaria aquele que portava a notícia. Atualmente, a acepção “notícia de fonte duvidosa” (HOUAISS, 2012) parece resultar de uma reavaliação pejorativa dessa versão.

As versões que constituem a etimologia do vocábulo sinalizam a relação entre o item lexical e a valoração sociocultural que o potencializa semanticamente. Seja pela crença popular na origem onomatopeica, seja pela descrição histórica acerca de como o *gritar* empresta sua materialidade significante ao *modo de dar notícia*, a palavra se movimenta semanticamente a partir de projeções sócio-históricas, nas quais flagra-se certa motivação. βoῶν, “gritar muito, berrar”, é metaforicamente reacentuado como um procedimento de divulgação de notícia. Do mesmo modo, as condições históricas em torno da divulgação de determinadas notícias emprestam, por metonímia, a dúvida acerca da fonte da notícia. Não parece equivocado reconhecer a mudança na valoração lexical de acordo com as mudanças sociais experimentadas no território em que se fala a língua portuguesa. Conforme a ideologia católica apostólica romana perde espaço no funcionamento cultural para as utopias modernas de razão, ciência, estado laico, entre outros, a significação do ato de divulgar milagres deixa de valorar o milagre, posto em xeque, em detrimento de quem porta a notícia, para duvidar da notícia pelo apagamento de sua fonte.

Se o elemento histórico é formalmente externo à língua, sua implicação na potencialidade semântica do vocábulo parece participar ativamente. Assim, nas versões que emolduram a etimologia do vocábulo, encontra-se forte motivação extrassistêmica, fomentando o caráter ideológico do signo. O enquadramento do horizonte social do grupo que mobiliza a palavra é constitutivo de sua potencialidade semântica, sendo o aparato formal uma pista daquilo que o grupo social pode e faz da palavra.

²⁸ Cf.: <http://etimologias.dechile.net/?boato>

7. O boato na “boca” do falante

Se os “rumores etimológicos” dão pistas acerca do modo como a cultura participa da mudança de sentido, os atos prosaicos de uso da linguagem indicam a tendência na distribuição semântica do vocábulo. O cotejo do vocábulo em missivas dos séculos XIX e XX disponibilizadas pelo projeto Para a História do Português Brasileiro, da UFRJ, permite traçar o desenho das acepções em funcionamento nesse intervalo temporal.

Quadro 1: boato em missivas do século XIX

Identificação do documento	Ambiente linguístico-textual
Carta 10 ²⁹ Data/Edição: Sábado, Salvador, 28 de julho de 1832/nº 57, volume 5, seção: Variedades, p. 4	tendo-se espalhado o boato de se acharem fendidas as paredes da Casa do mesmo Theatro a fim de que chegando pela Imprensa ao conhecimento do Publico o seu resultado se convença da falcidade daquel- le boato .
Carta 344 ³⁰ Data/Edição: Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1832	ora tinha circu- lado a Cidade o triste boato de que haveria <i>rusga</i> , o então ministro da Justiça não fosse sabedor, quer dos tris- tes boatos , quer dos desaguizados, que começavão
Carta 192 ³¹ Data/Edição: 29 de novembro de 1838/nº 38	<i>Excelentíssimo Senhor</i> ; deve surprehender inteiramente o pudor deste bom povo tantas vezes o ludi- brio das especulações de <i>Vossa Excelência</i> ; mas ninguem tem podido duvidar da verdade deste boato! por isso a surpresa do povo do Rio de Janeiro com este boato , que se tem espalhado
Carta 166 ³² Data/Edição: Recife, quarta-feira, 11 de janeiro de 1843/ nº 08, seção: Correspondencia	Como pois he, que corria semelhante boato?
Carta 202 Data/Edição: Rio de Janeiro 15	corria pela praça o boato de que n’alfandega se havia manifestado um roubo

²⁹ BARBOSA & LOPES, 2006.

³⁰ BARBOSA & LOPES, 2006, nota 3.

³¹ BARBOSA & LOPES, 2006, nota 3.

³² BARBOSA & LOPES, 2006, nota 3.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

	cujo boato correndo de bôca em bôca com a velocidade do raio, se espalhara immediatamente por toda a po- pulação.
	Não tivemos noticia de um tal boato , senão pelo já citado numero do seu jornal,
	qual a origem do falso boato do roubo d'alfandega,
Carta 98 ³³ Data/Edição: Ouro Preto, 12 de julho de 1854/nº 235	Tendo corrido o boato de haver sido morto
	tranquillise-se na certesa de que o boato será reconhecido falso ;
Carta 99 ³⁴ Data/Edição: Ouro Preto, 25 de outubro de 1855/nº 357	quaesquer boatos que tendão a desconceituar-me na opi não publica
Carta 21 ³⁵ Bahia e Hospital da Santa Misericórdia 3 de maio 1860	já pelo boato que há dos presos quererem evadir-se
Carta 44 ³⁶ Buenos Ayres 14 de agosto 65	Ante-hontem correu que Canavarro abandonará a Uruguayana e que os Paraguayos alli entrarão sem resistencia. A verificar se o boato , não comprehendendo a bellesa do plano!
Carta 40 ³⁷ Hamburgo, 6 de outubro 66	sobre os boatos inexactos
Carta 134 ³⁸ Data/Edição: Curitiba, quarta-feira, 09 de janeiro de 1878 - p. 3	é falso o boato que se faz correr
	pequena importancia a boatos a esmo,
Carta 14 ³⁹ Rio 5 de março 95	mande-nos di= zer com certeza, porque faremos um sacrificio e iremos fazer companhia se já não fizemos isso foi pela in= certeza de não mais encontral-os, porque a todo o momento corre o boato que o <i>Conselheiro</i> Ruy e familia estão a chegar.

³³ BARBOSA & LOPES, 2006, nota 3.

³⁴ BARBOSA & LOPES, 2006, nota 3.

³⁵ RIBEIRO, 1999-2000.

³⁶ CARNEIRO, 2005.

³⁷ CARNEIRO, 2005, nota 10.

³⁸ CARNEIRO, 2005, nota 3.

³⁹ CALLOU, BARBOSA & CARMO, 2011.

Quadro 02: boato em missivas do século XX

Identificação do documento	Ambiente linguístico-textual
Carta 40 ⁴⁰ Data/Edição: Feira de Santana, 31 de agosto de 1929, p.01	Tendo se espalhado o boato de que eu ia dei- xar esta cidade, onde já tenho bem firmado o meu conceito clínico, venho declarar de publico que é inverdade
Carta 2 ⁴¹ 1º de dezembro de 1937	O boato que corre aqui
Carta 10 ⁴² 17 de maio de 1939	para evitar que saia tal boato deste povo

Este pequeno *corpus* deixa algumas pistas relevantes para a compreensão da mudança semântica que fomenta a pejoratividade. No quadro 01, é possível observar que em torno do vocábulo destacado, *boato*, há recorrente menção à dúvida, seja pela suspeição da veracidade – “falso boato”, “boatos inexatos” –, seja pela explícita reafirmação de veracidade – “verdade deste boato”. No quadro 02, das três ocorrências listadas, a primeira retoma a questão da suspeição pela menção de “inverdade”. A associação do vocábulo à dúvida no plano do conteúdo dos documentos elencados sinaliza que a inexatidão da fonte e consequente suspeição de veracidade que hoje consolidam a acepção, por um lado, pareciam ainda não integrar o conceito de *boato*, mas, por outro, tendiam a estabilizar o tom pejorativo, ainda que não tão prototípico.

8. A dimensão metalinguística do boato e o tratamento da pejoração

Em 1789, D. Raphael Bluteau registra uma acepção para o termo que serve de ponto base para análise da mudança.

BOATO v. *voato*. *Vieira*, *boato* he melhor, e significa a noticia, ou novidade, que se dá claramente em altas vozes, **opposta ao ruge ruge, e rugir-se**. (BLUTEAU, 1789 – grifo nosso)

O cotejo desta acepção exige o exame das de *ruge-ruge* e *rugir*:

⁴⁰ Edição semidiplomática fac-similada de cartas de leitores do jornal Folha do Norte (1909-1950). Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVfbnxiY3Jwb3JhcGhwYnXneDo0NzdkMTk5YWU3NTk5NmI2> Acesso: 18 jul 2016.

⁴¹ GRANDA, 2010.

⁴² GRANDA, 2010, nota 15.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

RUGERUGE, s. m. o som que faz roçando-se v. g. certas sedas asperas. § O som do ar nos intestinos. § *Dos rugeruges se fazem os cascaveis i. e. dos rumores vem a coisa a fama, e notícia publica, e soada.*

[...]

RUGIR, v. n. *bramir o Leão. M. Conq.-11.21.* § Fazer estridor v. g. *ruge o ventre, as sedas que se roçãõ.* § **Dizer-se em segredo, não se dando por certo.** *Palmeirim* i. p. c. 16, „jki então fie começava a rogir, que todos os calvalmk-,ros fe perdião,- &c. „, P. Per. 2, / . .14:\$. § v. at. {V. do Arceb. L. 1. c. zz.} „, pagens enfeitados rugindO fedas „, i. e. fazendo rugir as que trazem véstidas. (BLUTEAU, 1789 – grifo nosso)*

Pelo registro de D. Raphael Bluteau, no século XVIII, o conceito de *boato* se opunha ao de notícia de fonte incerta ou não claramente anunciada, que seriam as acepções próprias para *ruge-ruge* e *rugir*. Naquele momento, os indícios de pejoratividade recaíam sobre estes outros vocábulos, e não sobre *boato*.

No século XIX, o registro lexicográfico já não marcava mais esta oposição, e a acepção aparece bem sucinta: “Boato s. m. Melhor que voatõ. Notícia dada em altas vozes” (PINTO, 1832). A motivação recuperada etimologicamente parece ter dado lugar, via metáfora, às condições físicas de divulgação de uma notícia. Os usos destacados na seção anterior sugerem que o processo de mudança estava em desenvolvimento. Conceitualmente, a pejoratividade ainda não parecia integrar o signo *boato*, mas o que viria a ser incorporado já apontava no plano do conteúdo.

Na tarefa lexicográfica, apesar da ausência de marcação da oposição semântica, as acepções de *ruge-ruge* e de *rugir* ainda permitem, pela comparação, diferenciar *boato* de *rumor público* e de *falar secretamente*:

Ruge-ruge. s. m. Ruído, que faz a *seda* roçando se. O som que faz o ar nos intestinos. Fig. Rumor publico.

[...]

Rugir , v. n. *Bramir , diz se do leaõ.* Fazer estrondo. Dizer-se secretamente não como certo. *Usado nas terceiras pessoas. V irreg. conjuga-se como Fugir, mudando o g em j nas vozes em que este verbo o muda.* (PINTO, 1832)

No século XXI, a tarefa lexicográfica recolhe as nuances semânticas que deram e dão vida ao vocábulo, confirmando a estabilização do tom pejorativo.

Boato

substantivo masculino (1548)

1 ant. clamor de novidade

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

⟨ *sem temer o b. de nenhuma nova ideia* ⟩

2 ant. notícia muito propalada

⟨ *boatos dos milagres de santa Isabel* ⟩

3 ant. som forte e estrepitoso

⟨ *um b. de morteiros* ⟩

4 p.ext. notícia de fonte desconhecida, muitas vezes infundada, que se divulga entre o público; qualquer informação não oficial que circula dentro de um grupo; bochicho

⟨ *corre o b. de que os bancos vão fechar na segunda-feira* ⟩

4.1 maledicência divulgada à boca pequena; coscuvilhice

4.2 dito sem fundamento; balela

⟨ *o partido de oposição fez circular um b. sobre a demissão do ministro* ⟩
(HOUAISS, 2012)

As três primeiras acepções indicam que se trata de valor antigo. A datação remonta ao século XVI, embora não haja indicação do documento assumido para tal registro. De todo modo, acepções de 1 a 3 dão vistas àquelas versões etimológicas, sendo em 1 destacado o aspecto alvissareiro; em 2, o alcance da notícia; em 3, o aspecto físico da emissão sonora. Em todas elas, é possível recuperar certa motivação se considerado o padrão de figuratividade que fomenta aquela significação. Seja pelo caráter onomatopeico, ou pela metáfora ou metonímia, de algum modo, recupera-se a associação extralinguística que tece polissemicamente a gênese do vocábulo. Para esta discussão não importa se a etimologia é comprovada ou popular; interessam as versões que sustentam a potencialidade semântica do vocábulo. Nesse cenário, nota-se que, a despeito da indicação histórica que levou a isto, a acepção 4 marca significativa mudança semântica pela integração de tom valorativo negativo ao conceito de *boato*.

Na acepção 4, destaca-se: “por extensão [de sentido]”. Os registros lexicográficos anteriores, bem como a dinâmica de uso recuperada no pequeno *corpus* de missivas dos séculos XIX e XX, permitem assumir que as versões etimológicas funcionam como base para extensão semântica. A partir delas, há um percurso de sentido que se encaminha para a instalação de um tom pejorativo, e isto não se dá por atributos formais, nem apenas por acomodação das relações intrassistêmicas. As nuances sincrônicas de *boato* deixam patente que, diacronicamente, o caráter de clareza – valoração positiva constitutiva do conceito tal como registrado no século XVIII por D. Raphael Bluteau – deu lugar à suspeição

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

(de)flagrada nos usos no século XIX. Uma visada pelas acepções de *ruge-ruge* e *rugir* corroboram esta interpretação. O tom pejorativo que eventualmente recaía sobre eles parece ter migrado para *boato*.

ruge-ruge

substantivo masculino (c1543)

1 som de coisa que chocalha ou range ou roça

1.1 ruído produzido pela saia que vai rojando pelo chão; rugido, frufur

2 sussurro brando

3 B agitação barulhenta; desordem, confusão

4 mús BA tipo de matraca utilizada em procissões

[...]

rugir

verbo (sXIII)

1 (int.) soltar ou emitir rugidos; bramir, urrar, fremir

⟨alguns felinos rugem⟩

2 (int.) produzir sons semelhantes a rugidos

⟨ruge a ventania⟩

3 (t.d.int.) arrastar pelo chão com ruído; roçar, farfalhar, ruflar

⟨as damas rugiram suas sedas⟩ ⟨saías longas que rugem⟩

4 (int.) sussurrar brandamente; rumorejar

⟨as folhas rugem ao sabor do vento⟩

5 (int.) refletir som com estrondo; ecoar, ressoar, retumbar

⟨som de contrabaixos que rugem⟩

6 (t.d.) proferir em tom furioso; bradar

⟨r. blasfêmias⟩

9. Conclusão

Em suma, o exame diacrônico de *boato* mostra que o tom pejorativo se instala conceitualmente a partir de padrões de figuratividade que encaminham a discussão acerca da motivação linguística. Sendo a pejoração um fenômeno que extrapola a dimensão estritamente formal da língua, sua *performance* e eventual estabilização conceitual implica reco-

nhecer que, pela língua, estabelecem-se relações sociais extralinguísticas. Afinal, a suspeição, que não compunha o conceito de *boato*, passa a lhe integrar por conta do que os falantes fizeram e fazem com a palavra. O horizonte social que emoldura o grupo mobilizador do vocábulo modela conceitualmente este mesmo vocábulo. A palavra, assim, dá pistas de como andam os referenciais culturais que permitem diferenciar “bom” e “ruim” – condição para a depreciação inerente à pejoração.

Desta perspectiva, a pejoratividade em *boato* não constitui atributo da forma linguística, e sim uma interface língua/cultura estabelecida na mudança semântica. Por essa razão, a tarefa lexicográfica deixa de figurar apenas como registro documental de conceitos inerentes às formas para constituir um ato ético participante da memória do legado cultural da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010ª [1986].

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. rev. Trad.: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b [1963].

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaeovich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1929].

BARBOSA, Afranio Gonçalves; LOPES, Célia Regina dos Santos. *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2006.

BENVENISTE, Émile. Natureza do signo linguístico. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 53-59.

BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da lingua portugueza*. Reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo I A-K. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BRAIT, Beth; MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. (Orgs). *Dialogismo: teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota, 2014.

CALLOU, Dinah Maria Isensee; BARBOSA, Afranio Gonçalves; CARMO, Laura do. Cartas pessoais a Rui Barbosa: edição diplomático-interpretativa. In: CALLOU, Dinah Maria Isensee; BARBOSA, Afranio Gonçalves. (Orgs.). *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, – (Coleção FCRB Manuscritos; 2), 2011, p. 19-103.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas Brasileiras (1808-1904): um estudo lingüístico-filológico*. 2005. Tese (de doutorado). – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2º volume, 1ª parte: cartas avulsas para vários destinatários.

COROMINAS, Joan. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1984, s.v. “Boato”.

GRANDA, Ana Sartori. Cartas de amor na Bahia do século XX: normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2010. 2v.

HOUAISS, Antônio. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 02-10-2014.

MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. Políticas linguísticas e historicização do Brasil: a escrita na construção vernacular. *Gragoatá* (UFF), vol. 17, p. 99-116, 2012.

_____. A palavra, os discursos e a dinâmica das memórias. *Gragoatá*, Niterói, n. 38, p. 7-28, 1. sem. 2015.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832.

RIBEIRO, Ilza. *Projeto Cartas de 1860-1863. Contribuições para a História da Santa Casa da Misericórdia de Salvador* (CNPq.). Edição Ilza Ribeiro e Soraia Rebouças. Coeditores em 1999, Lavínia Rodrigues e Cláudia Fontes. Revisão final, Ilza Ribeiro, Soraia Rebouças, Cláudia Fontes e Débora Kelman. Projeto desenvolvido na Universidade de Salvador (UNIFACS), Salvador, Bahia, 1999-2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad.: Antônio Chelini *et al.* 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].